



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

História e profissão docente: a trajetória de uma professora do interior de Mato Grosso do Sul (1982-2012)

Giseli Tavares de Souza Rodrigues
Mestre em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados
giselits2010@hotmail.com

Luciene Clea da Silva
Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Ponta Porã
lugiraldelli@gmail.com

Magda Sarat
Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados
magdaoliveira@ufgd.edu.br

RESUMO

Este trabalho objetiva discutir aspectos históricos da profissão docente no interior de Mato Grosso do Sul, por meio da história de uma professora aposentada que exerceu sua trajetória com a infância por 30 anos. O texto contou com as contribuições metodológicas da História Oral Temática, com a utilização de entrevista como método de abordagem. A discussão teórica dialoga com Norbert Elias, a partir dos conceitos de figurações e redes de interdependências, além de ancorar-se em outros autores. Os dados elencados no estudo colaboram com a escrita da História da Educação, da profissão e formação docente na Educação Infantil no sul do estado, considerando que pesquisas nessa localidade são recentes, por isso a necessidade de ampliar as discussões sobre a temática. Ainda permitiram perceber que a forma como cada docente conduz sua atuação é única e acontece por meio das relações pessoais e sociais no espaço profissional como também fora dele.

Palavras-chave: História da Educação. Educação Infantil. Trajetória Docente. Formação docente.



History and teaching profession: the trajectory of a teacher from the inside of Mato Grosso do Sul (1982-2012)

ABSTRACT

This paper aims to discuss historical aspects of the teaching profession in the interior of Mato Grosso do Sul, through the story of a retired teacher who had worked with childhood for 30 years. The text had the methodological contributions of Thematic Oral History, with the use of interview as a method of approach. The theoretical discussion dialogues with Norbert Elias, based on the concepts of figurations and networks of interdependencies, besides being anchored in other authors. The data listed in the study contribute to the writing of the History of Education, the profession and teacher training in early childhood education in the south of the state, considering that research in this locality is recent, so the need to broaden the discussions on the subject. They also allowed us to realize that the way each teacher conducts his work is unique and happens through personal and social relationships in the professional space as well as outside it.

Keywords: History of Education. Child education. Teaching trajectory.



Introdução

“Às vezes nos decepcionamos com algumas coisas. Mas tem coisas que eu fico pensando assim: abri uma página e escrevi esse livro que não vai ser fechado”
(MARIA, 2018).

A epígrafe apresenta a fala da professora Maria da Cruz dos Santos¹, a qual revisitou sua história pessoal e profissional, trazendo à tona as lembranças do passado, fazendo emergir no presente uma reflexão de sentimento de mágoa e ao mesmo tempo otimista. É deste modo que a interlocução entre trajetória pessoal e profissional se conectam por meio de memórias e narrativas de professores que auxiliam na compreensão de processos vivenciados na profissão docente. Assim, “[...] os “casos” reais do ensino e da aprendizagem são segmentos das “vidas feitas histórias” que vivemos como professores, e fazem parte da história do exercício da profissão” (BEN-
-PERETZ, 2000, p. 201).

Desta forma, falar de trajetória docente implica em refletir e investigar sobre a formação, profissão docente, práticas profissionais e experiências de vida, dentre outras questões, pois como enfatiza Nóvoa (2000, p. 17) “[...] é impossível separar o eu profissional do eu pessoal”. Isso leva à reflexão de que o professor é sujeito pessoal e social, produtor e personagem principal de sua história. Essa é uma perspectiva de enxergar o docente como indivíduo em suas peculiaridades pessoais e profissionais, sendo sujeito de uma história diferente de outras (NÓVOA, 2000).

Cabe destacar que este artigo foi produzido, a partir de materiais coletados, em uma pesquisa² de mestrado elaborada na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD finalizada recentemente a qual tratou sobre as origens do atendimento à infância no município de Naviraí/MS interior de Mato Grosso do Sul. A referida pesquisa tratou também sobre a formação docente para a atuação com crianças de 0 a 5 anos e resultou em inúmeras fontes sendo uma parte delas trabalhadas neste artigo.

Assim, o trabalho que aqui se estrutura objetivou apresentar e discutir aspectos históricos da profissão docente no interior de Mato Grosso do Sul, mais precisamente em Naviraí/MS³, por meio da história de uma professora aposentada que exerceu toda a sua carreira docente com a infância. Procurou-se pontuar também a partir das lembranças desta professora o que a levou para docência e como foi ser professora de crianças durante 30 anos.

A professora deste estudo, professora Maria, iniciou na docência em Naviraí/MS, aos 22 anos de idade, em 1982 com turmas multisseriadas. No ano de 1984 passou a trabalhar também com crianças de 3 a 6 anos e se aposentou em 2012, com 52 anos. Maria tem formação em Magis-

1 Neste estudo foi utilizado o nome real da colaboradora, conforme seu pedido.

2 Título da pesquisa: História do Clube de Mães e as origens do atendimento à criança pequena em Naviraí/M (1974 - 1990) (RODRIGUES, 2019).

3 Na geopolítica atual, o município de Naviraí está localizado no Centro-Oeste do Brasil, no Sul de Mato Grosso do Sul, na Mesorregião do Sudoeste na Microrregião de Iguatemi/MS (FARIA, 2018). Mesorregião é uma divisão territorial de região por cidades que possuem características econômicas, culturais, históricas semelhantes entre outras. A Mesorregião do Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul é formada por três microrregiões como a: Microrregião de Bodoquena, Microrregião de Dourados e a *Microrregião de Iguatemi* onde se situa a cidade de *Naviraí/MS* (BRASIL, 2016).



tério, Técnico em Contabilidade, Normal Superior e Pedagogia. Ela deixou a carreira docente por conta de uma depressão que a afastou da profissão. Deste modo, o recorte temporal da pesquisa foi de 1982 a 2012 e se justifica por contemplar o início e o final da trajetória docente de Maria.

A metodologia utilizada foi a História Oral Temática, que privilegia e está atrelada a um conteúdo exclusivo, proporcionando o testemunho dos indivíduos e a retomada de suas experiências de vida pessoal ou profissional. A “[...] História Oral Temática aborda questões externas, objetivas, factuais, temáticas [...]” (MEIHY, 1994, p. 57, sic), objetiva ouvir fatos ocultos e dá oportunidade para o indivíduo falar sobre sua história, permitindo o contato direto do pesquisador com sua fonte de estudo.

A História Oral é vista como “[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevista com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo [...]” (ALBERTI, 2013, p. 24). Foi usado o método chamado de entrevista, e por meio dele tronou-se possível o contato com as experiências e lembranças da professora Maria, que foram fundamentais para constituir todo o arcabouço empírico deste trabalho. Assim, foi seguido todo o procedimento da abordagem metodológica da História Oral, como gravação, transcrição, textualização e procedimentos éticos de pesquisa.

Considera-se que as fontes orais podem revelar o inexprimível, aquilo que não poderia ser localizado se não fosse por meio delas. Porque carregam em si “[...] toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas “muito insignificantes” - é o mundo da cotidianidade - ou inconfessáveis, ou porque são impossíveis de transmitir pela escrita” (JOUTARD, 2000, p. 33-34). E por meio dos indivíduos dispostos a contar suas histórias e experiências, é possível conhecer e captar informações que podem ser transformadas em conhecimento científico.

Foram utilizados ainda alguns documentos, tal como o diploma de formação, foto da prática docente e o termo de posse de concurso da professora, com intuito de auxiliar na compreensão da trajetória de formação da professora Maria.

O referencial teórico trabalhado ancorou-se em Norbet Elias, o qual ensina que nas relações humanas, sociais e profissionais existe, o que ele chama de figurações que são compostas por grupos de indivíduos em espaços sociais como escola, academia, igreja, família, trabalho e entre outros (ELIAS, 2006). Compreende-se a partir do autor que a sociedade não é nada além de indivíduos ligados e cada um possui um papel distinto a desempenhar em lugares figuracionais que ocupam (ELIAS, 2006). E por meio de múltiplas relações, nas figurações de pessoas, há um elo que os tornam conectados, e nessa direção aparece a interdependência que está ligada a:

[...] planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. [...] É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador (ELIAS, 1993, p. 194).

Por meio das proposições do autor, entende-se que o rumo que a sociedade segue continuamente desde o início da civilização, passando por normas sociais, valores, organizações, perspectivas de vida em comum e finalidades de cada período pode ser chamado de processo civilizador. Tais aspectos influenciam na vida das pessoas e nas escolhas profissionais, as quais muitas vezes



são levadas por um processo cego como diria Elias (1993), e que não foi planejado, mas as circunstâncias cotidianas acabam levando o indivíduo a viver. Como é o caso da professora Maria que chegou à docência, não pela escolha planejada, mas pela necessidade ocorrida em seu caminho.

Por meio da documentação gerada pela fonte oral foram analisadas a figuração e as interdependências pessoais, sociais e profissionais da professora entrevistada. Assim, a partir de estudos como o de Rodrigues (2019) e Montiel (2019), é considerado que existe uma escassez de pesquisas acerca da história da profissão e formação docente na área da Educação Infantil em Mato Grosso do Sul, principalmente, na parte Sul do estado, onde se localiza Naviraí/MS, recorte espacial deste trabalho. Diante disto, a divulgação deste artigo torna-se relevante para a escrita da História da Educação e da profissão docente, tanto do estado, como do município de Naviraí/MS que necessita avançar nesse campo.

História e trajetória da professora Maria

Maria tem 58 anos, é divorciada e não tem filhos. É oriunda de família pobre, nasceu em Ingás, um Vilarejo no município de Nova Granada, São Paulo/SP e viveu parte da infância na zona rural. Quando tinha seis anos, seus pais migraram para o Mato Grosso - MT junto com o grupo familiar, tios e primos, em 1966, residindo na fazenda Boa Sorte, em Naviraí/MT. Depois passaram a morar na área urbana. Quando Maria chegou a Naviraí o estado de Mato Grosso do Sul ainda não existia. O mesmo surgiu com a divisão de Mato Grosso, pela Lei Complementar nº 31, pelo Presidente Ernesto Geisel, foi em 11 de outubro de 1977 (BRASIL, 1997). O estado nascente foi oficialmente instalado em 1979 (SILVA, 1997).

Acerca da escolarização de Maria cabe mencionar que seus primeiros anos de estudos foram na zona rural, ela iniciou aos seis anos, em turmas multisseriadas até o 4º ano do ensino primário. Depois continuou seus estudos na cidade, quando o transporte passou a levar os alunos da fazenda para o município. Maria parou de estudar na 7ª série, em função de um emprego que surgiu na empresa de transporte coletivo Expresso Maringá, onde foi atuar como cobradora. Porém, logo retornou e concluiu o primário e segundo grau.

Ela fez o curso Técnico em Contabilidade e finalizou em 1982. Relatou que seu sonho era ser bancária, como menciona: “[...] Minha vontade era trabalhar em banco. Meu sonho era ser bancária, [...]. Então eu fui fazer Contabilidade” (MARIA, 2018). No entanto, essa fase da vida dela foi um dos pontos de partida para a escolha da profissão docente. Com os conselhos de seu mestre do curso Técnico em Contabilidade, ela optou por entrar na carreira do magistério. “Ele levou o que eu escrevia para a secretária de educação. Ela arrumou um serviço em uma fazenda para mim. Como eu estava desempregada só terminei o ensino médio e fui” (MARIA, 2018).

Com isso, o desejo de ser bancária caiu por terra, primeiro por falta de condições, pois não havia curso da área administrativa em Naviraí/MT e depois com a oportunidade de trabalho surgida no momento em que precisava, Maria então deixou seu plano inicial e ingressou na docência. Ao refletir sobre tal fala, averigua-se que a entrada da professora na profissão docente foi, de fato, um processo não planejado ou cego como assegura Elias (1993), mas algo que surgiu independente de sua vontade, visto que suas ações e necessidades conduziram-na ao trabalho docente. Contudo, ela relatou que no decorrer da carreira foi se encontrando e nessa profissão construiu sua trajetória.



Na época da atuação de professora Maria não havia uma legislação de formação docente específica, destinada aos profissionais que fossem atuar com as crianças de *0 a 6 anos*. O que existia era a formação para a atuação de professores com crianças de 4 a 6, que acontecia por meio da Habilitação Específica para o Magistério – HEM. Foi quando houve uma divisão do curso em habilitações especiais, a qual incluiu também a qualificação para o magistério em *escolas maternas e jardins-de-infância* (TANURI, 2000, grifo nosso).

A norma referente a essa formação docente era regulamentada pela Lei Nacional de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus nº 5.692/71 (BRASIL, 1971). Nessa Lei, apenas o inciso 2º do artigo 17 se referia à educação das crianças menores de 7 anos, como explicitava a Lei que “os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes” (BRASIL, 1971). Porém não especificou de quem seria a responsabilidade por essa fase educacional, nem sobre a formação de educadores para esse segmento.

A Lei nº 5.692/71 estabeleceu que as normas para o exercício do magistério e o professor das primeiras séries do 1º grau deveria ter uma formação mínima sendo a habilitação especificamente de 2º grau, que referia ao curso magistério ou o normal, segundo o estabelecia o artigo 30 desta lei:

Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau; b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração; c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena (BRASIL, 1971).

Assim, acabou a profissionalização feita na escola ginasial e a Escola Normal perdeu também a especificidade de escola e foi organizada em muitas habilitações profissionais do ensino de 2º grau, organização que ficou conhecida, de acordo com Tanuri (2000), como Habilitação Específica para o Magistério, citada anteriormente.

No período da vigência da Lei nº 5.692/71, o município de Naviraí/MT via-se como um vilarejo e sua grande parte era rural, rodeada por fazendas, tendo escolas com professores leigos, ou seja, sem formação mínima para atuação, habilitação essa que era exigida pela Lei nº 5.692/71. Segundo Piacentine (2012, p. 43), a referida Lei, não teve como finalidade o professor leigo rural, mas “[...] suscitou uma inevitável discussão em torno do grande número de professores leigos existentes no país, especialmente na zona rural”.

Para a habilitação desses professores das áreas rurais, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, foram criados, a partir do Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP), o Centro de Treinamento do Magistério em Cuiabá, o Curso de Magistério Rural e os projetos LOGOS I e II. Durante os anos 1980, o destaque para a formação de professores leigos⁴ foram os Projetos LOGOS I e II. O projeto LOGOS I foi uma experiência inicial. Ela visava a apresentação de uma metodologia, mas tinha limitação orçamentária e poucos recursos humanos envolvidos, contudo os resultados foram encorajadores e, em seguida, foi criado o LOGOS II (FARIA, 2018).

4 Nesse período, entendia-se que “professor leigo” era todo docente que estava atuando em sala de aula e não tinha a habilitação de acordo com o artigo 30 da Lei de Diretrizes e Bases – LDB da época (Lei Federal nº 5.692/1971) (BRASIL, 1971).

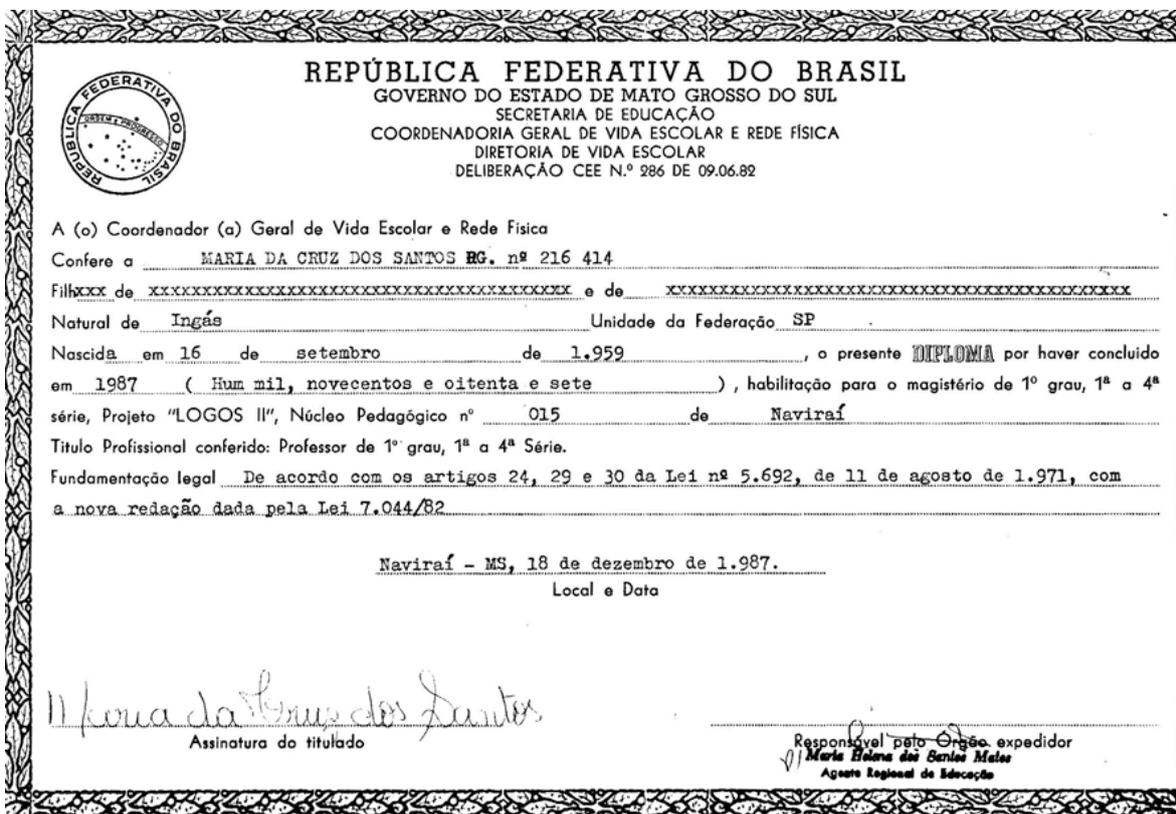


Desse modo, tal Projeto se espalhou chegando também ao interior de Mato Grosso do Sul, no caso de Naviraí que foi em 1980. Foi quando Maria entrou na docência em 1982 como leiga na zona rural e logo fez o curso Projeto Logos II que “[...] era o magistério em módulos acontecia nos finais de semana e ia até a noite. Mas foi um curso muito bom e a professora era maravilhosa. Terminei em 1987” (MARIA, 2018). Tanto o LOGOS I, como o LOGOS II era pautado em uma perspectiva educacional personalizada, que segundo Arruda (2011), era assegurado em ideias tecnicistas de educação, num viés de ensino supletivo.

O Projeto Logos II foi uma típica iniciativa educacional inspirada nas concepções tecnicistas de educação e de mundo na forma de Educação Supletiva. De fato, na década de 1970, a carência de professores com formação técnica específica em nível de 2º grau, ou magistério, era uma realidade que caracterizava as escolas primárias dos municípios interioranos do Brasil, especialmente nos estados menos desenvolvidos, ou mais pobres. Nas escolas “multisseriadas” das zonas rurais essa era a realidade, constituindo-se exceção a presença em sala de aula de uma professora, ou professor, habilitado no magistério (ARRUDA, 2011, p. 118).

A professora Maria destacou que essa formação ajudou os professores na época, por que existiam muitos que não sabiam por onde começar a ensinar os alunos, e o LOGOS com sua metodologia mais prática auxiliou os docentes a seguir na sala de aula, além de certificar todos àqueles que participaram do Projeto. A figura a seguir mostra o diploma da professora Maria que era oferecido aos docentes que concluíam o Projeto LOGOS II.

Figura 1: Diploma do Projeto LOGOS II de 1987.



Fonte: Arquivo pessoal da professora Maria, 2018.



O projeto LOGOS foi significativo na formação de docentes não titulados, como expressou a professora Maria. Desta forma, é possível perceber que o “[...] projeto LOGOS II foi muito importante para a formação de professores em nosso país no momento em que foi realizado. O mesmo atingiu grandes proporções e, ainda que dentro de suas limitações, propiciou a certificação de milhares de professores leigos” (PEREIRA, 2015, p. 133).

Em Naviraí, de 1980 até início de 1990 havia professores leigos atuando principalmente nas áreas rurais, segundo a professora Maria existia “muitos professores sem formação nenhuma, a gente participava de muitos cursos de capacitação, mas uns tinham o magistério outros não, e trabalhavam assim mesmo, porque precisavam atender as crianças” (MARIA, 2018).

No entanto, esse problema no final da década de 1980 começou a ser modificado com a implantação do centro de Faculdades Integradas de Naviraí – FINAV, que era uma instituição privada que foi fundada no município em 1987 e que veio para suprir a necessidade formativa de professores. Então, Maria teve a oportunidade de fazer Pedagogia. Entretanto, quando a faculdade foi implantada em Naviraí/MS, ela tinha terminado o magistério e estava atuando, mas o salário era pouco e não pôde cursar o ensino superior de imediato.

Conforme destacou a professora, somente em 1999 conseguiu iniciar na Pedagogia e terminou em 2001. Um ano após ingressar nesse curso, ela começou ao mesmo tempo, o Normal Superior na cidade de Mundo Novo/MS⁵, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, o qual finalizou em 2003. Maria contou que levar os dois cursos foi difícil, pois trabalhava e era muito corrido lecionar e estudar ao mesmo tempo, mas para uma prática qualificada era preciso obter a formação superior. E como aponta Bosi (1994, p. 39) ao explicitar que “lembança puxa lembrança [...]” a entrevistada foi recordando e contando mais sobre o processo de implantação da faculdade.

Segundo, Maria o prefeito da cidade na época, Simplício Vieira de Souza Nego, diante da situação da grande demanda de crianças para atender e professores sem formação superior, fez um convênio com a senhora Ively Monteiro de Carvalho, dona das Faculdades Integradas de Fátima do Sul – FIFASUL para implantar a FINAV em Naviraí/MS e integrar esses professores ao meio profissional que era uma emergência. Com a chegada da faculdade os professores naviraienses tiveram a oportunidade de se habilitarem para exercerem a função docente e de darem início ao processo de profissionalização.

Nesta perspectiva, é oportuno dizer que a formação precisa ocorrer de maneira que cada acadêmico tenha o melhor aproveitamento possível, que priorize o momento de aprendizagem, sem excesso de outras ocupações para que de fato, consiga aprimorar conhecimentos, trocas e saberes na universidade. Todavia, Moita (2000) destaca que entender a maneira como cada indivíduo se formou é situar as relações dentro das pluralidades que perpassam a vida, pois não existe formação no vazio e “[...] ter em conta a singularidade de sua história e, sobretudo o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos” (MOITA, 2000, p. 115).

5 O município de Mundo Novo está localizado a 107 km de Naviraí/MS.



O início na profissão docente e os percalços durante a carreira

Maria iniciou a carreira docente em Naviraí/MS no ano de 1982, aos 22 anos de idade, em turmas multisseriadas na zona rural. E o trabalho com crianças de 3 a 6 anos, começou em 1984, como conta: “A pré-escola comecei em 1984 na Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar e Álcool de Naviraí – COOPERNAV, abriu a usina e ao lado tinha uma favela onde eu fui dar aula” (MARIA, 2018). A abertura da escola Buji Tadano, nessa favela, foi para atender alunos de uma turma multisseriada, porém a partir da demanda de crianças de 3 a 6 anos, foi constituída uma sala para acolhê-las também.

Maria destacou que foi difícil trabalhar com essas crianças e não sabia nem como organizar sua prática. Sua coordenadora era psicóloga e tinha dificuldades para orientá-la. “Eu não tinha formação, mas ela também não, pois era psicóloga. Ela me dizia: Você tem que achar um meio de brincar com essas crianças, mas não é brincar por brincar. Mostre o caminho da alfabetização sem exigir muito delas” (MARIA, 2018).

É perceptível que para a coordenadora de Maria o brincar era importante para a criança e por meio da brincadeira nota-se que “[...] as crianças dão sentido ao mundo, produzem história, criam cultura, experimentam e fazem arte” (CORSINO, 2009, p. 6). Entretanto, para isso o profissional precisa ter habilidades suficientes para interagir com a criança e conhecer a especificidade do desenvolvimento infantil. Portanto, Maria tinha poucos conhecimentos e sua coordenadora também.

Em linhas gerais, cabe destacar que durante o percurso da história da infância e da criança surgiram propostas que definiram e reconheceram os direitos da criança à proteção, cuidado e à educação, e ainda de acordo com Kuhlmann Jr. (2007), a criança passou a ser vista como produtora da história e isso fez com que surgisse também um novo olhar para a preparação de profissionais para atuar com essa demanda. A literatura aponta o lugar e o direito da criança, além da promulgação de políticas educacionais, dentre elas a Constituição Federal de 1988 que concretizou pela primeira vez na história da infância o direito da criança como cidadã e apontou no artigo 208 que o atendimento em creches e pré-escolas como um direito social da criança e dever do Estado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA Lei 8.069/90 que nasce com o intuito de promover a garantia de atendimento à criança e ao adolescente, a LDB de 9.394/96, que foi um marco legal fundante para a história da educação brasileira, no caso das crianças pequenas, reconheceu a Educação Infantil como 1º etapa da Educação Básica explícito no artigo 21, e objetivando no artigo 29 “o desenvolvimento integral da criança de até 05 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996). E entre outras políticas que traçaram finalidades e normas a serem cumpridas em todas as instâncias educativas. Antes de tal reconhecimento a responsabilidade pelo atendimento às crianças, principalmente a creche era destinados aos profissionais da área da saúde e da assistência social, instituições particulares leigas e religiosas, sendo o estado o centro das organizações (KRAMER, 1995).

Nesta direção, Maria foi uma das docentes que iniciou na docência ainda no período da regência da assistência social sobre a educação das crianças de 0 a 6 anos. Contudo, a professora dentro das condições disponíveis estruturou sua proposta de trabalho com dificuldade, seguindo



com os recursos financeiros, materiais e físicos que tinha e, conforme disse, “eram precários”. Ela ficou na escola Buji Tadano até 1987, depois lecionou um ano para turma de 1º ano, no centro catequético da cidade, posteriormente passou atuar na educação pré-escolar um período, em uma instituição chamada Ricieri Liutti, a partir de 1988, na qual ficou até 1992. Depois seguiu para a escola Odércio Nunes de Matos, pois o prédio da Ricieri Liuti tornou-se um centro de formação docente, que foi a FINAV.

A foto a seguir foi disponibilizada pela professora Maria e representa um dos momentos de sua atuação. De acordo com Maria a foto ilustrada na figura 2 foi tirada no início das atividades escolares da escola Odércio Nunes de Matos que tinha sido recentemente inaugurada e apresenta a professora com sua turma de pré-escola ao lado do prédio. Segundo ela o registro fotográfico como meio de divulgação do trabalho pedagógico na época era comum entre os professores, como conta: “A gente tirava bastantes fotos, das festividades, das formaturas das crianças... Agora essa eu não me lembro muito bem a ocasião que era” (MARIA, 2018).

Figura 2: Professora Maria e crianças da escola Odércio Nunes de Matos em 1993.



Fonte: Arquivo pessoal da professora Maria, 2018.

Maria como mediadora da foto também destacou que gostava de registrar seu trabalho para guardar de lembrança. Neste sentido, Sarat (2004) ressalta que as mulheres são as guardiãs dos materiais que preservam e lembram a memória de fatos e experiências vividos durante a vida, assim “[...] no que diz respeito a objetos e imagens (móveis, fotografias, quadros, livros, enfim as materializações das lembranças) são as mulheres” (SARAT, 2004, p. 135). Para Maria era significativo guardar as fotografias de seu trabalho e, de fato, ela tinha muitos materiais guardados em sua casa e no momento da entrevista foi mostrando destacando tudo que viveu no decorrer de sua trajetória docente.



Deste modo, ao falar sobre Educação Infantil, a professora destacou que o professor precisa ser criativo, buscar conhecimento, gostar da profissão, não ter uma prática repetitiva “[...] para mim a base de tudo está na Educação Infantil. Entendo que é uma semente que você planta e rega. [...] Muitos falam: Quero que meu filho cresça para ter um trabalho. Não! Forme ele para ser um cidadão de bem” (MARIA, 2018). Neste ínterim, a Educação Infantil é a fase como aponta Kramer (2005), que tem a função de priorizar os conhecimentos que as crianças têm e assegurar novas aprendizagens. Para tanto, a prática do professor precisa ser inovadora e o planejamento diário do docente é fundamental, como defende Ostetto (2000) considerando que o mesmo olhe para sua proposta de uma maneira crítica, sabendo que sua ação prática não é uma fôrma, mas sim flexível e necessária.

Durante sua atuação com a infância, Maria foi afastada da carreira em 2003, devido a uma depressão. Ela estava no último ano do curso Normal Superior, em uma fase bastante agitada de sua vida, com muitas funções para cumprir. Nessa época trabalhava em duas turmas de pré-escola como relatou: “Estudar fora, e trabalhar o dia todo era muito puxado para mim. Mas sabia o quanto era importante ter essa formação para seguir na profissão. Eu gostava de estudar, mas ir para Mundo Novo era complicado, então fui ficando doente” (MARIA, 2018). A docente também disse sobre as atribuições do professor na escola, alegando que isso ajuda o mesmo a adoecer. Como fala: “[...] a escola sobrecarregava os professores com atividades. E tinha que dar conta” (MARIA, 2018). O excesso de atividade resultou mais tarde em problemas em sua saúde.

Arroyo (2009, p. 129) compartilha com essa questão quando constata que “[...] a vida toda se mistura com a condição do professor (a). É um modo de vida, de dever-ser que tenciona todas as dimensões, tempos e vivências. [...] Quantos (a) não resistem e se esgotam, se destroem como humanos (a)”. E foi exatamente isso que aconteceu com a professora Maria, visto que ela chegou a um determinado momento de sua carreira que não tinha condições físicas e mentais para continuar e precisou deixar a profissão docente.

Falar do fim da carreira para a professora Maria não foi fácil, porque essa fase foi um momento de emoção e sentimento de angústia para ela. A mesma revelou que não finalizou sua trajetória como gostaria e que almejava estar dentro da sala de aula e não fora dela. Pode-se observar tal afirmação na sua narrativa a seguir: “Não terminei como queria! Meu sonho era me aposentar dentro de sala de aula. Era o que eu gostava de fazer. Quando fiquei doente fiquei dois anos de licença e me colocaram na gerência fiquei um ano lá eu e mais três amigas” (MARIA, 2018).

A mesma, disse que foi retirada da sala de aula para exercer algum papel na gerência de educação que pudesse recuperá-la da doença, porém foi lá que o problema se agravou, pois ela se sentiu inútil ao realizar as tarefas que lhe designaram. Como conta: “Me colocaram na recepção, ou às vezes nos fechavam numa sala para encapar livros e colocar etiquetas. Meu médico dizia que se tivessem nos colocado para fazer projetos interessantes teríamos recuperado mais rápido” (MARIA, 2018).

Percebe-se que a professora Maria foi transferida para a gerência de educação e lá foi tratada como uma outsider, isto é, com base em Elias e Scotson (2000) significa dizer que é uma pessoa incapaz de realizar um trabalho que possa contribuir e executar a função delegada no espaço em que está inserida. O trabalho que Maria passou a exercer na gerência de educação deixava claro para ela que não servia mais para pertencer ao grupo social daquele ambiente. A professora sentiu-se ignorada e sem importância e, assim observa-se que esses são os reflexos de relações de poder, onde existe o estabelecido, que se sente o dono do poder e que trata o outro como um ser inferior (ELIAS; SCOTSON, 2000).



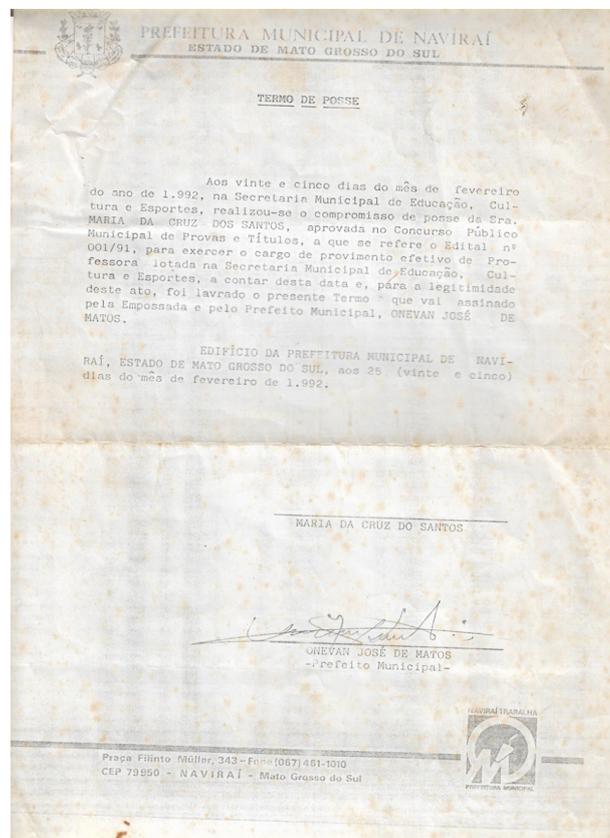
Elias (2005) ainda coloca que nas convivências sociais entre as figurações e as interdependências que vivem os indivíduos, não existe um equilíbrio de poder, pois ele opera como uma balança que ora vai estar para um lado, ora para o outro. Isso dependerá de cada função exercida pelas pessoas em suas atividades profissionais ou sociais do dia a dia.

Assim, o processo de aposentadoria da professora não foi muito agradável, por conta da doença que se agravou no decorrer da carreira. “Não foi legal não, porque eu estava doente! Estava bem mal, fiquei três dias em coma em 2007. Fiquei muito depressiva, a depressão foi por síndrome, tive a síndrome do pânico, síndrome da fome, de tudo” (MARIA, 2018).

Diante disso, ela ficou afastada, a gerência de educação mandou Maria ficar em casa porque já ia completar 25 anos de profissão, mas o médico exigiu que ela fizesse alguma atividade para auxiliar na recuperação. No entanto, não apareceu um lugar para ser remanejada e em fevereiro de 2012 encerrou sua carreira definitivamente. Maria em meados de sua carreira passou a ser concursada em 20h num período e contratada em outro, como pode ser observado a seguir na figura 3 o documento de posse do concurso da professora.

O concurso ocorrido em 1992 foi o primeiro realizado no município de Naviraí/MS segundo a professora Maria. De acordo com a professora, sua posse no referido concurso foi para atuar em uma turma de 1ª série, conforme a nomenclatura da época. A partir de então passou a trabalhar no Centro Integrado de Educação Escolar Municipal de Pré-Escolar e 1º Grau com crianças na faixa etária de 4 a 7 anos que compreendia educação pré-escolar e 1ª série.

Figura 3: Termo de posse assinado em fevereiro de 1992.



Fonte: Arquivo pessoal da professora Maria, 2018.



Nesta perspectiva, ao analisar sua trajetória, Maria destacou que passou momentos amargos, mas que valeram a pena, porque contribuiu com a formação de muita gente. “Doei o sangue pela escola e quando fiquei doente não tinha ninguém do meu lado (emocionou-se). [...] mas hoje encontro meus alunos e fico feliz em saber que são profissionais que passaram pelas minhas mãos” (MARIA, 2018).

A docente mostra que mesmo sentindo o amargor de lembrar situações desconfortáveis, deixou claro que o mais importante para ela foi a contribuição com a formação de outros indivíduos, o que traz à tona as relações de interdependência propostas por Elias (2006), pois Maria recordou fases de sua carreira, nas quais suas influências, num espaço específico, a escola, corroboraram com o crescimento pessoal e profissional de seus alunos, que antes dependiam de seus ensinamentos para crescerem, e que agora se encontravam em uma figuração importante da comunidade, ou em outras figurações sociais que também carregam um pouco do que aprenderam com ela.

Neste viés, depreende-se que “as histórias dos professores aposentados podem compreender-se como relatos de “revivências” de certos acontecimentos [...]” (BEN-PERETS, 2000, p. 212), que podem ser aqueles que marcaram a vida profissional do docente de uma determinada maneira que acaba ficando registrado na memória. Hoje, Maria se encontra bem. Procurou interagir e realizar diferentes atividades como: pintura em tela, bordado em tecidos, produção de doces, aprendido em cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR para ocupar a mente e seguir a vida. Participou por um tempo também de presidência de bairro e outras.

A professora Maria relatou a angústia de não ter se preparado melhor para viver a aposentadoria, a mesma perdeu casa, carro em função do tratamento da doença e voltou morar com os pais. Ela disse: “[...] todos os dias às 6 horas eu acordo. Era o horário que eu levantava correndo, ia ao banheiro, colocava água do café e tinha que estar 10, 15 minutos antes na escola e até hoje eu levanto nesse horário” (MARIA, 2018).

Todavia percebe-se o quanto as vivências do decorrer do processo profissional podem marcar a vida do professor e como ficam registradas na memória com tanta ênfase. As lembranças rememoradas a partir da memória apresentam os fatos que tiveram de, alguma forma, um significado para o indivíduo no decorrer de sua trajetória profissional ou pessoal. Deste modo, “a memória, como propriedade de conservar certas informações remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 36).

Considerações finais

A história de Maria permitiu refletir sobre a profissão docente levando a pensar, que essa carreira é repleta de caminhos, muitas vezes de satisfação ou insatisfação, amargos, alegres e de realização vivenciados durante o processo da trajetória, que são próprios de cada docente, os quais servirão para que este avalie as suas experiências individuais e coletivas. A trajetória profissional da professora foi constituída por meio de dificuldades, tanto de recursos materiais para trabalhar, bem como por meio da depressão que a afastou da docência.



Ressalta-se, ainda que a carreira da professora se configurou junto com a história da profissão docente da cidade, pois ela fez parte dos primeiros grupos de professores a atuar na educação de Naviraí/MS e Maria foi construindo sua experiência passando por uma fase inicial sem formação superior, mas durante o processo profissional se constituiu como professora, conforme as exigências estabelecidas pela profissão.

A trajetória e a memória de Maria leva à reflexão acerca da profissão docente, o que faz inferir que os problemas vividos por ela, em muitos casos são ainda uma realidade da vida docente. Portanto, ao discorrer e pensar sobre essa questão, a busca por melhores condições de trabalho também se torna relevante nesta discussão. Assim, a história da professora Maria colabora com a escrita da História da Educação, da profissão e formação docente na Educação Infantil no sul de Mato Grosso do Sul, pois as pesquisas nessa localidade são recentes, por isso a importância de ampliar as discussões sobre a temática. As informações discutidas neste trabalho, ainda permitiram perceber que a forma como cada docente conduz sua atuação é única e acontece por meio das relações pessoais e sociais no espaço profissional como também fora dele.

Referências

- ARROYO, M. G. **Ofício de mestre**: imagens e autoimagens. In: ARROYO, M. G. (Org.). Petrópolis: Vozes, 11 ed. 2009.
- ABERTI, V. **Manual de Historia Oral**. In: (Org.) ABERTI, V. Rio de Janeiro: Editora FGV, 3. Ed. 2013.
- ARRUDA, E. B. Uma tentativa de reinvenção da escola pública como instrumento de emancipação dos trabalhadores – o caso do NEP de Colider. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso. Mato Grosso: UFMT, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 agosto. 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 06 de Jun. de 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 11 de Mar. de 2018.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 31, de 11 outubro 1977**. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Brasília, 11 de outubro de 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm/>. Acesso em: 31 mar. 2018.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069, de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm/>. Acesso em: 6 abr. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas, 2017, 58 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf/>. Acesso em: 18 mar. 2018.
- BEN-PERETS, M. VI II Episódios do passado evocados por professores aposentados. In: NÓVOA, A (Org.). **Vidas de professores**. 2º Ed. Portugal: Porto Editora, 2000.
- BOSI, E. Tempo de lembrar. In: (Org.). BOSI, E. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. Companhia das letras, 3 ed. São Paulo, 1994.



- CORSINO, P. **Educação Infantil**: cotidiano e políticas. In: CORSINO, P. (Org.). **Educação Infantil**: cotidiano e políticas. Autores associados: Campinas, SP, 2009.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Volume 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Tradução Vera Ribeiro. Tradução do posfácio Pedro Sussekind. Apresentação e revisão técnica Frederico Neiburg. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2005.
- ELIAS, N. **Escritos e Ensaio**. In: NEIBURG, F.; WAIZBORT, L. (Org.). Escritos e ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FARIA, H. A. Trajetórias de professores homens que atuaram com crianças no interior de Mato Grosso do Sul (1962-2007). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação FAED - Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2018.
- JOUTARD, P. Desafios à história oral do século XXI. In: MORAES, M. F.; FERNANDES, M. T.; ALBERTI, V. (Orgs.) **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 31-45.
- KRAMER, S. Políticas do Pré-Escolar no Brasil a arte do disfarce. In: Kramer, S. (Org.). São Paulo: Cortez, 5ª. Ed. 1995.
- KRAMER, S. Educação Infantil e Formação, a titulação de conclusão: Formação de professores, a necessária democratização da educação infantil. In: KRAMER, S. (org.). **Profissionais de Educação Infantil**: Gestão e Formação. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- KUHLMANN, Jr., M. Infância, história e educação. In: KUHLMANN, Jr. M. (Org.). **Infância e educação**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 4ª ed. 2007, p. 15-38.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução LEITÃO, B. [et al.]. Coleção Repertórios. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: <<http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 12 de mar. de 2018.
- MEIHY, B. S. C. J. Definindo História Oral e memória. Comunicação apresentada no 1º Encontro Nacional de História Oral. São Paulo, 19 de abril de 1993. **Cadernos CERU** – nº5 série 2, 1994.
- MOITA, C. M. Percursos de formação e de transformação. In: NÓVOA, A (Org.). **Vidas de professores**. 2º Ed. Portugal: Porto Editora, 2000.
- MONTIEL, L. W. T. **Da Assistência à Educação Infantil**: a transição do atendimento à infância no município de Naviraí/MS (1995-2005). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação FAED - Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2019.
- NÓVOA, A. I **Os professores e as histórias da sua vida**. In: NÓVOA, A (org.). Vidas de professores. 2º Ed. Portugal: Porto Editora, 2000.
- OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). Planejamento na educação infantil mais que a atividade, a criança em foco. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil**: partilhando experiências de estágios. Campinas:Papirus, 2000.
- PEREIRA, A. M. **A disciplina de história da educação e sua apresentação nos módulos de ensino do Projeto Logos II**: uma história a ser contada. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá: UEM, 2015.
- PIACENTINE, A. P. F. S. **História da formação para professores leigos rurais**: o curso de magistério rural em Dourados na década de 1970. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação FAED - Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2012.



RODRIGUES, G. T. S. História do Clube de Mães e as origens do atendimento as crianças pequenas de Naviraí/MS (1974-1990). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação FAED - Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2019.

SARAT, M. **Histórias de estrangeiros no Brasil:** infância, memória e educação. 2004. Tese (doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep, Piracicaba, São Paulo.

SILVA, A. S. Políticas de atendimento a criança pequena no Mato Grosso do Sul 1983/1990. Dissertação (mestrado em educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 1997.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED/Rio de Janeiro, maio/jun./jul./ago. 2000.

Entrevista

Maria da Cruz dos Santos. **História da Educação Infantil e Trajetória docente.** Entrevista concedida a Giseli Tavares de Souza Rodrigues. Naviraí/MS, em Fevereiro de 2018.

Recebido em: 30/08/2019

Aprovado em: 22/10/2019